

AS SEMENTES DA LUTA PELA TERRA NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI.¹

Silvio Marcio Montenegro Machado²

Resumo

O presente trabalho visa revisitar o conceito de campesinato na corrente do anarquismo agrário e resgatar uma parte dos processos de luta pela terra e de resistência que estiveram presentes em diversos momentos da história da formação sócio-espacial fronteiriça. É possível citar a resistência dos povos originários, que aqui viviam antes da chegada do europeu, incluindo aí a experiência jesuítica (1610-1768) e a resistência do povo Guarani junto a Sepé Tiarajú nas Guerras Guaraníticas (1750-1756). Destaca também o processo de caça ao gado e a resistência aos cercamentos dos gaúchos e gaudérios (até então assim denominados pejorativamente pelas elites agrárias da época); a “Liga Federal dos Povos Livres” e o Código Agrário (1815), que tinham em Artigas a sua expressão maior. Sem deixarmos de destacar a heroica e trágica luta do povo negro por terra e liberdade em meio a Revolução Farroupilha (1835-45), bem como, mais recentemente (já na década de 1960), a luta pela terra travada pelos canavieiros de Bella Unión, expressadas na importante figura de Raul Sendic. Resgate-se esse histórico com o objetivo de problematizar o discurso de não existência de um campesinato uruguaio e fronteiriço, o que reforça a invisibilidade do campesinato nos pampas gaúchos. No presente trabalho defendemos a tese de que o campesinato sempre esteve presente no processo de formação sócio-espacial da fronteira Brasil-Uruguai.

Palavras-chave: Questão Agrária, Anarquismo Agrário, Campesinato

Introdução

Muita tinta tem sido gasta para debater o tema do campesinato e a pertinência ou não do uso do conceito de campesinato na atualidade. Seguimos na esteira de Marques (2008) quando a autora defende a atualidade do conceito de campesinato. Porém, ressalta-se que é necessário revistar o conceito de campesinato e reinterpretá-lo, para tanto procuramos fazer uma leitura dentro de uma corrente de pensamento que é pouco estudada quando nos referimos ao campesinato e à questão agrária, o anarquismo agrário. É no interior dessa corrente que podemos encontrar uma série de elementos que nos permitem melhor compreender o conceito de campesinato sócio-diverso do qual estamos falando.

Procura-se, pelo presente trabalho destacar a existência desse sujeito camponês ao longo da história da formação sócio-espacial da fronteira Brasil-Uruguai. Nesse sentido, pretendemos resgatar uma parte dos processos de luta pela terra e de resistência que fizeram parte da constituição da fronteira, e forjaram o modo de ser e de viver do fronteiriço. Dentre

¹ O trabalho é parte da pesquisa de dissertação concluída em nível de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2014.

² Professor do Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês. Grupos de Pesquisa GeografAR/UFBA e Geopraxis/IFBA – silvio.machado@ifbaiano.edu.br

os quais podemos citar a resistência dos povos originários que aqui viviam antes da chegada do europeu, os Charrua e o povo Minuano, a experiência jesuítica (1610-1768) e a resistência do povo Guarani junto a Sepé Tiarajú nas Guerras Guaraníticas (1750-1756). Não se pode deixar de destacar a caça ao gado e a resistência aos cercamentos dos gaúchos e gaudérios (até então assim denominados pejorativamente pelas elites agrárias da época); a constituição da “Liga Federal dos Povos Livres” e o Código Agrário (1815), que tinham em Artigas a sua expressão maior.

O objetivo principal deste trabalho é fazer um resgate histórico da luta pela terra na região, problematizando o conceito de campesinato e o discurso da não existência de um campesinato uruguaio, discurso semelhante ao que ocorre no Brasil na metade sul do Rio Grande do Sul, e que confere invisibilidade ao campesinato nos pampas.

Dessa maneira, o trabalho que consiste em um levantamento histórico e geográfico de experiências de luta pela terra no processo de formação dos municípios que hoje formam a fronteira Brasil-Uruguai, visa contribuir na discussão a respeito do campesinato latino-americano.

A discussão a respeito do Código Agrário foi alvo de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e trabalho de campo. Para elaboração deste artigo procurou-se fazer uma releitura da experiência nas missões jesuíticas, da experiência Artigas e relacioná-la com a discussão a respeito do campesinato, sua (res)existência e sua identidade.

Inicialmente procurou-se fazer um resgate da discussão a respeito do conceito de campesinato e sua ressignificação, definido o conceito de camponês com o qual procurou-se trabalhar, apresenta-se um breve relato das ricas e vastas experiências que moldaram a formação sócio-espacial dos pampas gaúchos, identificando nas mesmas as características desse campesinato e problematizando a sua invisibilidade.

Campesinato na visão do anarquismo agrário

Partindo da leitura de Guzman & Molina (2005) se pode afirmar que, de forma geral, há uma diferença marcante na interpretação do papel e do destino do campesinato entre as correntes da antiga tradição dos estudos das ciências sociais alternativas a saber as correntes marxistas, narodnistas e anarquistas.

É possível agrupar as teses que estas correntes defendem em dois grandes grupos, por um lado, as teses que entendem o campesinato como classe potencialmente revolucionária,

devido ao fato de possuir uma forma de organização interna e práticas sociais de cooperação e colaboração. E por outro lado, as que o definem como uma classe em transição, em processo de extinção ou submetida ao capitalismo e ao controle do urbano.

Em meados do século XX, com a verificação da permanência do campesinato, se desenvolveram teorias que procuravam preencher a lacuna deixada pelas teorias mais clássicas, sobretudo no que diz respeito ao destino do campesinato. Esse debate que se iniciou em fins do século XIX, assume novo fôlego em meados do século XX.

Segundo Marques (2008) há duas principais correntes que destacam-se nesse debate. A primeira como desdobramento das teorias narodnistas ou dos populistas russos e a segunda como desdobramento das teorias de Vladimir I. Lênin e K. Kaustky.

O debate sobre o destino do campesinato inicia-se no final do século XIX e ganha novo impulso nos anos 1960 e 1970, com a participação ativa de Teodor Shanin. Destacam-se duas correntes nesse debate. A primeira, formada sob a influência dos populistas russos, que desenvolveram estudos detalhados sobre a organização da produção camponesa, valorizava as qualidades do modo de vida e da economia camponesa e defendia a importância de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa. Dentre os seus principais autores, destaca-se A. Chayanov. A segunda, cuja ênfase estava na análise das mudanças desencadeadas pelo avanço das relações de mercado e dos processos de modernização e industrialização relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e suas inevitáveis consequências de desagrarização e descampesinização, tinha em V. Lênin e K. Kaustsky duas grandes referências. (MARQUES, 2008:49)

A compreensão a respeito do que seja o campesinato do ponto visto conceitual, traz consequências para a forma como esse sujeito é visto na sociedade contemporânea, seja em função das políticas governamentais, seja nas discussões no interior dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo, as leituras que se orientam pelas teorias de Lênin e Kausty, que vislumbram o fim do campesinato.

Na América Latina, por exemplo, com mais ênfase no Brasil, os governos autodenominados de esquerda, passaram a orientar as políticas agrárias partindo de uma leitura teórico-política pré-concebida de fim do campesinato para lidar com a realidade camponesa, que, também como desdobramento dessas teorias, e sob orientação das agências multilaterais, convencionaram chamar de agricultura familiar.³

³ O debate sobre a introdução do termo agricultura familiar em substituição ao uso de campesinato é grande, e divide opiniões dentro da Geografia e das demais ciências humanas. Um conjunto de geógrafos que estudam a questão agrária, dentro do denominado por Fernandes (2005) de PQA-Paradigma da Questão Agrária, defendem o uso do termo campesinato, Marta Inez Medeiros Marques (2008), amparando-se em Teodor Shanin, justifica a utilização do termo campesinato por este carregar consigo um conteúdo que é histórico e que identifica, ao mesmo tempo, uma classe e um estilo de vida. Autores ligados à vertente crítica da Geografia Agrária como Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Paulo Alantejano, Antonio Thomaz Junior,

Tomando como base esses referenciais teóricos para pensar a questão agrária e a realidade rural, os governos vêm estabelecendo diretrizes e políticas agrárias para um “desenvolvimento rural” que não está voltado para a reprodução do modo de vida camponês, muito pelo contrário, é mais afim com o seu desaparecimento, ao fortalecer o agronegócio e incentivar um processo de diferenciação interna no campesinato através das políticas de crédito rural oferecidas pelos programas estatais bem como criar mecanismos para que os camponeses tenham acesso às políticas públicas, que os obrigam a entrar na lógica capitalista de produção e formas de organização, seja por meio de criação de associações ou cooperativas, que possuem um controle cada vez mais rígido por parte do Estado.

Tanto as agências internacionais, como a FAO e o Banco Mundial, quanto os governos, sejam de direita ou de esquerda, passaram a adotar discursos que pautavam o fim do campesinato e a emergência da agricultura familiar como um novo modelo para o campo, um campo modernizado e apolítico no qual não caberia mais o sujeito camponês.

Essa mudança de paradigma teve início com o significativo avanço do capitalismo no campo devido à introdução das novas técnicas desenvolvidas pela chamada Revolução Verde, um programa amplo de modernização conservadora da agricultura, idealizado para aumentar a produção agrícola com uso de sementes modificadas, mecanização, uso intensivo de insumos industriais, entre outros.

O grande capital introduziu-se no campo e assumiu a forma do chamado *agrobusiness* ou agronegócio, com o discurso de aumento da produção para a solução do problema da fome, grandes corporações passaram a ocupar o campo, ora territorializando-se, ora monopolizando o território (OLIVEIRA, 2007). Esse processo de industrialização da agricultura é responsável pela sujeição - transformando estes em agricultores familiares

entre outros, defendem a utilização do termo campesinato, incluindo neste um conteúdo político. Por outro lado, autores como Ricardo Abramovay e Hugues Lamarche, defendem que o termo campesinato não é capaz de explicar o chamado novo rural e, portanto, utilizam-se da categoria Agricultura Familiar, elaborada a partir de modelos de interpretação de agências multilaterais como a FAO/ONU, IICA/ONU e Banco Mundial. No Brasil, o termo Agricultura Familiar ganhou projeção a partir da década de 90, por forte influência do Estado que passou a desenvolver políticas agrárias como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Ainda a respeito das abordagens sobre a agricultura familiar, Maria Nazareth Baudel Wanderley (2003), apresenta a agricultura familiar, como herdeira de uma tradição camponesa, em que pode se citar, o trabalho em família, o modo de vida e as formas de produzir, porém entende que os mesmos tiveram que se adaptar às condições modernas de produzir e viver em sociedade, ainda assim admite a existência do campesinato, como uma subcategoria da agricultura familiar.

adaptados ao novo modelo - e pela expulsão - via processo de proletarização - de boa parte do campesinato no campo.

Esse modelo tomou maior força com o processo de globalização neoliberal e, é nesse contexto, de “modernização” do campo e expansão do capital no meio rural, que surge como oposição a esse modelo, a Via Campesina, rearticulando o campesinato em luta contra o projeto neoliberal vigente e recolocando o campesinato na pauta política.

Em um documento de análise do campesinato, a Via Campesina alerta para a questão da ascensão do termo agricultura familiar no Brasil, no início da década de 90, e sua ligação com as teorias a respeito do fim do campesinato.

As expressões agricultura familiar, pequeno produtor rural e pequenos agricultores adquiriram desde o início da década de 90 conotações ideológicas, não porque imprecisas ou insuficientes para dar conta da diversidade de formas sociais de reprodução das unidades de produção/extração centradas na reprodução da vida familiar presentes e em desenvolvimento no país, mas, sobretudo, porque foram disseminadas no interior de um discurso teórico e político que afirmava a diferenciação e fim do campesinato em duas categorias: aquela que seria transformada em empresas capitalistas pelo desenvolvimento das forças produtivas e aquelas que se proletarizariam ou permaneceriam dependentes de apoios sociais das políticas públicas. (VIA CAMPESINA, 2004: 11)

Ao olharmos para o campo na atualidade é possível notar, entretanto, que o campesinato continua resistindo e se reproduzindo. E mesmo nos casos em que o campesinato migrou para as cidades e se proletarizou, no lugar de ali gerar uma classe trabalhadora capaz de protagonizar um processo revolucionário (como afirmavam algumas teses marxistas), o que se criou foram grandes bolsões de pobreza, uma urbanização problemática, um enorme exército de reserva do capital nos centros urbanos e acabou possibilitando uma maior concentração fundiária no meio rural, por parte do aumento das grandes propriedades que absorveram as terras deixadas pelos camponeses que possuíam algum pedaço de terra.

Emerge dos movimentos sociais de luta pela terra, uma nova lógica, que se opõem e ao mesmo tempo se adapta de forma relativamente autônoma aos novos tempos de industrialização da agricultura, e que carece de uma interpretação menos pautada nos velhos dogmas e leituras clássicas.

Percebe-se que o campesinato permanece, se reproduz e vem inserindo novos modelos de produção e organização como a agroecologia. O campesinato tem aparecido constituindo movimentos que se reconhecem enquanto classe e discutem a soberania alimentar, organizam-se de forma horizontal e debatem a sua autonomia, movimentos que percebem nos laços de apoio-mútuo uma possibilidade de resistência à globalização do capital.

Essa nova lógica campesina carece de uma leitura renovada que seja capaz de interpretar o campesinato dentro de outro contexto. Esses temas, que não são atuais, e que sempre estiveram presentes nas discussões a respeito do campesinato, agora assumem maior relevância e remetem a uma leitura mais afinada com a discussão realizada pela corrente anarquista, que já há algum tempo havia apontado para a importância de alguns desses elementos em suas formulações.

Essa leitura, que provém destes que lutam por terra e que procuram uma identificação enquanto classe aproxima-se da leitura de campesinato realizada por Bakunin, Reclus e Kropotkin, porém, o campesinato atual aparece com uma nova roupagem, fato que merece ser estudado de forma mais aprofundada e sem vícios interpretativos que nos remetam ao passado, mas com um olhar voltado para o futuro, para aquilo que se pretende construir.

Para os teóricos do anarquismo agrário, o campesinato era visto como uma classe potencialmente revolucionária e o apoio mútuo, praticado no interior das aldeias e comunidades rurais, como um fator de evolução, que dava as bases para a constituição de uma nova sociedade. Os principais pensadores que contribuíram para a formulação do chamado anarquismo agrário, nesse período, foram Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Elisée Reclus.

Marcos (2010) afirma que o anarquismo agrário propunha dois momentos fundamentais, um primeiro em que o objetivo era o de expropriação radical e integral de todos os bens que permitissem a exploração do homem pelo homem. E, um segundo momento em que,

A sociedade seria organizada em comunas autogeridas, que teriam buscado, dentro dos limites impostos, alcançar a autossuficiência por meio da diversificação da produção e de uma prática agrícola em respeito ao ambiente, privilegiando as técnicas e os métodos de cultivo que resultassem mais eficazes no decorrer do tempo, recuperando, assim, os saberes locais e considerando a terra como um patrimônio comum, do qual dispor em benefício de cada um e de todos. (MARCOS, 2010, p.30)

A autora destaca a contemporaneidade dessas formulações do anarquismo agrário, sobretudo no que se refere à relação do homem com a natureza. Cerca de um século depois esses mesmos princípios irão nortear as discussões referentes ao desenvolvimento local sustentável.

Eliséé Reclus, por exemplo, procurava integrar em suas discussões a questão ambiental⁴ e da autogestão do ambiente, com a da produção. A interação com o meio, o uso racional das riquezas naturais e a preocupação com as gerações futuras eram uma constante em sua obra. Reclus relacionava a má gestão do meio natural à propriedade privada da terra e à falta de racionalidade na gestão das riquezas naturais, que deveriam ser bem de todos e não de poucos.

É principalmente do ponto de vista do clima que as florestas foram mal geridas [...] Entretanto, a Terra deveria ser cuidada como um grande corpo [...] ela tem seus pulmões que os homens deveriam respeitar porquanto sua própria saúde depende deles [...] durante esses últimos séculos, a superfície da floresta, atacada pela agricultura, [...] pelas transformações em pastos, diminuiu em milhões e milhões de hectares [...] É, pois, o acaso que nos governa. A humanidade ainda não fez o inventário de suas riquezas e decidiu de que maneira deve distribuí-las [...] A ciência ainda não interveio para estabelecer em linhas gerais as partes da superfície terrestre que convêm à manutenção do aspecto primitivo e aquelas que se deve destinar [...] para a produção de alimentos [...] e como poder-se-ia pedir à sociedade pra aplicar assim os ensinamentos da estatística, quando, ante o proprietário isolado, ante o indivíduo que tem 'o direito de usar e abusar', ela declara-se impotente? (RECLUS, 2010:41-43)

Essa preocupação ambiental que os anarquistas desenvolveram, por privilegiarem uma leitura de sociedade mais ampla, sem que houvesse um privilégio imediatista da questão econômica sobre as demais dimensões, está sendo resgatada no seio dos movimentos sociais que se reivindicam camponeses, por meio da introdução da agroecologia, da discussão da descentralização, do desenvolvimento local autosustentável, da pluralidade e da autonomia do campesinato.

Outra característica que se coloca ao falar do campesinato e das comunidades camponesas, por vezes, entendida até como uma das formas de identificar o campesinato é a cooperação e o trabalho coletivo. Essa característica foi destacada por outro Geógrafo Anarquista, Piotr Kropotkin.

Kropotkin em seu clássico, “Apoio Mútuo”,⁵ faz uma complementação à teoria da evolução de Darwin, destacando que a cooperação é um importante fator de evolução, por

⁴ Elisée Reclus é considerado um dos precursores da Ecologia Social, entre aqueles que seguiram desenvolvendo as suas ideias estão Patrick Geddes, biólogo, escocês e seu discípulo Lewis Mumford. Outro Anarquista, que segue essa linha é Murray Bookchin (SALLES, 2006). A preocupação com a questão ambiental estava presente no interior das discussões anarquistas desde fins do século XVIII. Para mais informações sobre Elisée Reclus, recomenda-se a leitura da dissertação de Robledo Mendes da Silva: *A influência de Elisée Reclus na educação operária no Brasil – das ciências naturais à educação integral*. Defendida em 2010 na UNIRIO.

⁵ “Trata-se de um estudo vigoroso sobre as matrizes biológicas, sociológicas e antropológicas da solidariedade, da cooperação, e da comunalidade, cruzando diversas territorialidades e temporalidades [...] O “Apoio Mútuo” desafiou de uma forma brilhante uma miríade de intelectuais cegos pela vulgata da teoria darwinista. Cientistas

vezes, muito mais importante que a competição. Faz um contraponto ao Darwinismo social e afirma que as espécies que cooperam são melhores sucedidas do que as que competem. Assim, entre as espécies animais que melhor se desenvolveram estão as que atingiram maiores graus de cooperação.

O apoio mútuo aparece então como um fator importante de evolução. O autor identifica essa relação de apoio mútuo desde as civilizações mais antigas até as que lhe são contemporâneas e identifica no campesinato essa característica como fundamental ao seu desenvolvimento.

Kropotkin afirma que o fim das comunidades aldeãs europeias se deve a ação do estado e não pela vontade dos camponeses ou por consequência natural da evolução humana e dos meios de produção. Avaliando o que acontecera em um momento anterior em toda a Europa, Kropotkin (2012), afirma que mesmo onde as comunidades aldeãs e a produção coletiva haviam sido exterminadas, os princípios camponeses, seus hábitos e costumes permaneciam permeando as relações sociais no campo.

Em resumo: falar da morte natural das comunidades aldeãs em virtude de leis econômicas é uma brincadeira tão ridícula, quanto dizer que soldados massacrados em um campo de batalha faleceram de morte natural. O que houve foi simplesmente isto: as comunidades aldeãs subsistiram por mais de mil anos, e os camponeses, onde e quando não foram arruinados por guerras e extorsões, aperfeiçoaram continuamente os seus métodos de cultivo. Mas o valor da terra estava aumentando em consequência do crescimento das indústrias e, sob a organização estatal, a nobreza havia adquirido um poder que nunca tivera sob o sistema feudal e, dessa forma, tomou posse das melhores áreas das terras comunais, e fez o que pode para destruir as instituições comunais. Mas as instituições da comunidade aldeã respondem tão bem às necessidades e concepções dos agricultores que, apesar de tudo, até hoje a Europa está coberta de remanescentes vivos da comunidade aldeã, e a vida no campo europeu está impregnada de costumes e hábitos que datam do tempo em que ela existia. (KROPOTKIN, 2012:160)

Para os anarquistas o campesinato, portanto, apresentava caráter de continuidade e de resistência e não de submissão ao modo de produção estabelecido, seja ele feudal ou

naturais e pensadores sociais, desprezando evidências concretas [...] limitaram todos os desdobramentos da teoria da evolução à ideia de competição, luta pela vida e sobrevivência dos mais fortes [...] o que influenciou certas interpretações sobre o desenvolvimento da história da humanidade, legitimando e promovendo discursos, políticas e práticas racistas, etnocêntricas e de dominação colonial, classista e etnocida que causaram e ainda causam muitos impactos sociais, através da construção de um imaginário da seleção natural (e social), que se daria exclusivamente pela via da competição e da violência [...] da supremacia dos valores ‘civilizatórios’ da sociedade capitalista, branca e euroreferenciada.” (Daniel de Bem, Casio Brancaleone e Dinah de Abreu Azevedo. in: Kropotkin, Piotr. **Apoio Mútuo: um fator de evolução**. Porto Alegre:Deriva, 2012.)

capitalista, apesar da necessária adaptação ao mesmo, mantinha as características que lhe permitia resistir e se reproduzir, ainda que com sua autonomia abalada.

No período atual, a Via Campesina (2004), em um documento intitulado “*O campesinato do século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*” faz uma caracterização de campesinato em que define o campesinato como um modo particular de viver e de ser dentro do complexo contexto das sociedades capitalistas contemporâneas, minimizando as definições puramente economicistas ou sociológicas, apresentando uma visão mais holística.

O documento, fala de um campesinato dotado de uma especificidade oriunda de sua racionalidade econômica, social e ecológica, que se desenvolveu ao longo da história do campesinato e que na sociedade contemporânea interage de forma crítica e adaptativa com a racionalidade da empresa e do mercado capitalista. Sobre esse aspecto defende que,

Essa racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apoia-se em dois elementos centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. (VIA CAMPESINA, 2004:120)

Nesse sentido, procura construir uma consciência de classe camponesa que envolve uma diversidade maior de sujeitos, uma unidade mais ampla de todos aqueles que lutam e resistem no campo à ofensiva do capital, desenvolvendo seus próprios mecanismos de resistência e ao mesmo tempo adaptando-se às novas realidades.

Assim, para a Via Campesina (2004:120-121), os camponeses são

[...] aquelas famílias que tendo acesso à terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural --- extrativista, agrícola e não-agrícola --- desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação (COSTA, 2004: 1). Essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho e formas diferenciadas de apropriação da natureza que lhes caracteriza especificidades no modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas contemporâneas.

E prossegue afirmando que

Essa diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas; desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão; desde camponeses quilombolas à parcelas dos povos indígenas já camponeizados; os serranos, os

caboclos e os colonizadores, assim como os povos das fronteiras no sul do país (BAVARESCO, 2004). E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária. (VIA CAMPESINA, 2004:121)

É com este universo de camponeses sócio-diverso, cada qual com as suas especificidades, mas que resolvem seus problemas produtivos através da produção ou da extração, que vivem do campo e no campo, que percebem a terra como condição sem a qual não podem desenvolver o seu modo de viver e de ser. A terra e o território para este campesinato representam a possibilidade não apenas de sua reprodução material, mas também imaterial.

A Experiência Guaranítica

Segundo Lugon (1977), por volta do ano de 1600, chegaram os primeiros jesuítas nas terras do então Paraguai. Inicialmente recebidos com honras pelos nobres da época, edificaram colégios para os filhos da nobreza, mas logo entraram em conflito com a ordem dominante em Assunção e em todas as províncias espanholas.

Os interesses dos espanhóis que habitavam as colônias de Assunção e de Buenos Aires chocavam-se com os da Coroa Espanhola e dos Jesuítas, visto que estes desejavam utilizar os índios Guaraní como escravos em suas terras. Não eram poucas as vezes que as reduções eram atacadas por grupos de espanhóis. Estes levavam cativos os índios reduzidos que, para se proteger dos ataques foram cada vez mais se afastando dos povoados espanhóis, rumando para o leste, para estabelecerem suas reduções além do Iguaçu, Paranapané e Pirapé longe do alcance dos colonos espanhóis (LUGON, 1977).

Não demorou muito para que os “Mamelucos”, vindos de São Paulo de Piratininga, descobrissem as reduções e impingissem duros ataques. Segundo Lugon, de 1618 a 1630, 15 mil Guaranis foram arrebatados das missões e levados como escravos para serem vendidos no Rio de Janeiro.

Com as reduções destruídas e restando apenas 2 das 12 reduções iniciais e que mesmo assim já se constituíam em importantes povoados, decidiram migrar em direção ao sul, seguindo o Rio Uruguai.

Nessa época, as reduções do Guaíra podiam já “figurar ao lado das melhores cidades espanholas do Paraguai”, diz Charlevoix. As suas igrejas eram mesmo melhor ornamentadas e maiores que em qualquer outra localidade, e os neófitos não se distinguem mais dos antigos cristãos, salvo por sua inocência e devoção. Alimentavam grandes manadas de bois que os missionários lhes haviam levado de muito longe. Cultivavam o algodão e não só o colhiam para se vestirem como se permitiam liberdades com as outras reduções que ainda não estavam capacitadas

para usufruir de tais vantagens e até mesmo com os espanhóis pobres. Todas as suas terras estavam bem semeadas (LUGON 1977:56).

O sucesso inicial das missões foi interrompido pelos ataques dos paulistas. As prósperas reduções estavam sendo destruídas. Em uma época em que as Coroas estavam unificadas⁶ e os Jesuítas não tinham permissão para armar os indígenas para se defenderem, não restou outra opção senão abandonar tudo e levar apenas o que fosse possível carregar para uma posição mais favorável à sua defesa.

As reduções fundadas nesse período ficaram conhecidas como as reduções do Tape, esse período é considerado o primeiro momento da experiência jesuítica em terras hoje Rio-grandenses, responsável também pelo abandono do gado que cresceu selvagem após a nova migração dos Jesuítas para a outra banda do Rio Uruguai, quando à procura de um refúgio, os padres e indígenas atravessaram o Rio Uruguai e estabeleceram-se entre o Rio Paraná e o Rio Uruguai, na atual província de Entre-Ríos.

Em Entre Ríos era possível estabelecer duas barreiras naturais de defesa, fato que, aliado à permissão da compra de armas, que finalmente a Coroa Espanhola concedeu aos Guarani para defender as suas reduções com o fim da União Ibérica, possibilitou armar uma boa defesa que lhes garantiu um tempo de tranquilidade para o seu desenvolvimento.

Passadas mais de quatro décadas com uma relativa estabilidade, as reduções cresceram e se desenvolveram muito, ao ponto de arriscarem-se novamente na outra banda do Rio Uruguai. Assim em 1682, as reduções de São Miguel e São Nicolau são reerguidas e cinco outras novas são criadas, São Francisco de Borja (1682), São Luiz Gonzaga (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1707), eis os chamados Sete Povos das Missões. Na Figura 1, está representado o território ocupado pela República Guarani.

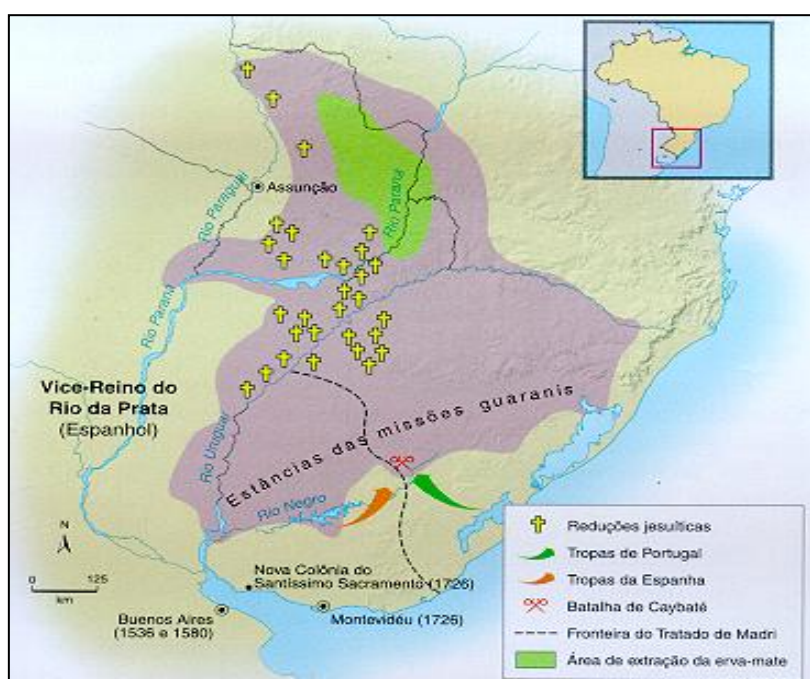
O desenvolvimento das missões jesuíticas foi tal que impressionou a todos que conheceram as reduções. Os Guarani obtiveram bons resultados na agricultura, na criação de animais, na indústria, nas artes, no comércio. Desenvolveram relações de produção que superaram em muito as cidades espanholas e portuguesas estabelecidas na América do Sul na época, sendo até mesmo comparadas com as grandes cidades européias. (LUGON, 1977; MOURÉ, 1994)

⁶ A união ibérica durou de 1580 a 1640. Mesmo após o fim da união ibérica os índios missionários possuíam restrições para se defender, devido ao temor de que os mesmos se rebelassem contra a Coroa e decretassem uma república autônoma.

As reduções contavam com estâncias onde criavam muitas cabeças de gado, cavalos, mulas, ovelhas entre outros animais, tinham pomares com inúmeras árvores frutíferas, plantavam algodão para fabricação de roupas, haviam domesticado a erva-mate e a exportavam para toda a Bacia do Prata.

Lugon (1977) relata que nas reduções existiam corais de índios e fabricavam-se instrumentos musicais, relógios, entre outros. Encontrava-se nas reduções todo tipo de artesãos, o trabalho e as terras eram comuns. Era perceptível, assim, a mistura da cultura indígena e sua forma de trabalhar e ver o mundo com os ensinamentos cristãos e a cultura europeia introduzida entre os índios missioneiros pelos jesuítas coabitando nas missões.

Figura 1: Território ocupado pela República Guarani



Fonte: FIGUEIRA, 2005

A crescente prosperidade e a conseqüente concorrência com os interesses comerciais e políticos da nobreza colonial espanhola, os fazendeiros que se instalavam aos arredores de Buenos Aires e na Banda Oriental, atual Uruguai, e com a própria igreja católica acabou por determinar o seu fim.

Cobiçadas pelos portugueses e hostilizadas pelos espanhóis do Prata, as reduções tornaram-se a moeda de negociação entre as coroas. O gado que se avultava nas estâncias representava, em meados do século XVIII, um verdadeiro tesouro nos pampas.

Os portugueses queriam as missões pois acreditavam que havia ouro nas mesmas, não acreditavam que os índios missioneiros conseguiam fabricar tantos produtos industrializados (relógios, armas, máquinas e etc.) sem ter de onde extrair minérios.

Os portugueses mantinham, em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, que já havia sido destruída duas vezes pelos Guarani e pelos espanhóis, e era sempre reconstruída pelos portugueses, pois dali conseguiam favorecer um contrabando crescente que interessava aos colonos espanhóis de Buenos Aires e de toda a região platina controlada pela Espanha.

Vejam o que afirma Lugon(1977) sobre o Tratado de Madri (1750) que determinou a troca da Colônia do Sacramento pelas Missões da banda oriental do Rio Uruguai:

Quando a Espanha, sob a pressão de seus mercadores, reclamou uma vez mais a evacuação de Sacramento, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro do Governo de Lisboa, aproveitou a ocasião e pediu, em troca, a cessão dos territórios visados, abrangendo as sete reduções sitas na margem esquerda do Uruguai. Agrada-lhe desferir, ao mesmo tempo, um golpe nos jesuítas. Os negociadores espanhóis cheios de segundas intenções caíram no lógro que lhes era armado nesse jogo de embustes, desfavorável de todos os pontos de vista para o seu país [...] Assim para arrumar uma questão de mercadores, a Espanha cedia a Portugal todo o espaço compreendido entre a Serra de Herval, o Uruguai e o Ibicuí. O Tratado não dava qualquer remédio eficaz para o contrabando, muito pelo contrário: Os portugueses teriam meios para o praticar à vontade no curso superior dos rios, de que eles haviam obtido o controle. Segundo a expressão de Maly, tinha-se fechado uma janela (Sacramento) para impedir a entrada dos gatunos, e abriram-se todas as portas. Para os Guarani das sete reduções condenadas, era a espoliação, a ruína e o infortúnio, a destruição do trabalho de muitas gerações, a deportação de mais de 30 mil pessoas, segundo as cifras mais modestas. (LUGON, 1977:284-285).

Diante dessa situação, de entrega das missões não restou outra opção aos Guarani que não a de defender seu território e levantar-se em guerra contra os colonizadores espanhóis e portugueses. Há uma divergência entre as fontes pesquisadas sobre a postura dos padres jesuítas nesse processo. Para uns jesuítas acataram as ordens da Coroa Espanhola a quem estavam submetidos, para outros, os padres ficaram do lado dos Guarani. Segundo Lugon (1977), alguns tentaram aplacar a revolta dos índios sem sucesso, já para Muradás (2008), os Jesuítas insuflaram os índios.

Nesse contexto, sob o grito miticamente eternizado de “- *Essa terra tem dono!*”, Sepé Tiaraju liderou as tropas dos Guarani expulsando os demarcadores de ambas as coroas, tomou o Forte Santa Tecla na região da campanha, atual Bagé, e atacou o Forte Jesus-Maria-José atual Rio Pardo, principal posto avançado dos portugueses no interior do atual Rio Grande do Sul, duas posições estratégicas para portugueses e espanhóis.

Os Guarani conquistaram algumas vitórias importantes contra os exércitos portugueses e espanhóis enquanto estes ainda não haviam juntado forças, porém o resultado final da

guerra foi um verdadeiro massacre. Após a Batalha de Caybaté, Sepé foi capturado e morto, quando finalmente os exércitos espanhóis e portugueses marcharam juntos sobre as missões.

A resistência Guarani durou ainda algum tempo após a morte de Sepé Tiarajú, por meio de ataques e emboscadas, mas já não tinham como manter-se enquanto povo organizado como antigamente e sucumbiram.

As terras que pertenciam às estâncias missioneiras foram distribuídas entre militares e saqueadores pelos portugueses que assim passaram a exercer maior influência sobre a porção sudoeste do atual Rio Grande do Sul.

Artigas e o código agrário

Com a destruição das missões, a distribuição de sesmarias e *suertes de tierra* e o cercamento dos campos, restava agora uma disputa entre os estancieiros pelos limites das estâncias e por áreas de influência.

No atual Uruguai, os estancieiros do sul preocupavam-se com as ameaças vindas do norte, da fronteira, sobretudo com as ideias federalistas e a reforma agrária promovida por um certo caudilho, José Gervásio Artigas, que havia adotado um filho entre os Guarani, Andrés ou Andresito Artigas como ficou conhecido.

No século XVIII, tanto os *tierratenientes* espanhóis do norte, quanto os portugueses, haviam conquistado grande influência, devido ao mercado brasileiro de gado nas Minas Gerais e por estarem em uma posição estratégica diante do comércio do Prata com Porto Alegre e Rio de Janeiro.

As missões foram destruídas até o fim do século XVIII, uma destruição, sobretudo da concepção de missão pensada pelos jesuítas, estes acabaram banidos das missões após 1768, quando foram postos governantes espanhóis em seus lugares. Inicia-se o período decadente das missões.

Os Missioneiros indígenas fugiam e tentavam a vida nos campos empregando-se nas estâncias, ou vivendo do contrabando e dos saques. Não havia mais espaço para os jesuítas e suas experiências na pampa. Os interesses que vingavam agora diziam respeito ao aproveitamento do gado, criado pelos indígenas nos campos e agora saqueados em favor das duas coroas.

Os Guarani ainda tentaram seus últimos suspiros no início do século XIX, viram em Artigas a esperança de manterem sua república viva, o “Protetor dos Povos Livres”, Artigas,

reuniu em suas tropas muitos índios missioneiros, sob a bandeira do federalismo, que considerava além do Uruguai, as províncias de Entre Rios, Corrientes, Santa Fé, Córdoba, a República Guarani e parte do Rio Grande do Sul de hoje como um conjunto de províncias confederadas e independentes. (Ver Figura 2)

No início do Século XIX, a França invade a Espanha e aprisiona o Rei espanhol, fato que enfraquece a Coroa Espanhola e permite as condições necessárias para um quadro de independência nas colônias espanholas. Assim ocorre a Revolução de Maio de 1810, em que a Argentina inicia seu processo de independência.

Montevideú, Córdoba e o Paraguai não aceitam a declaração Argentina e mantêm-se fiéis ao Conselho de Regência Espanhola que nomeará o seu Vice-Rei para as Províncias do Prata, porém este será impedido de assumir em Buenos Aires e passará a governar desde Montevideú. (ALBORNOZ, 2000)

Artigas, que até então pertencia ao corpo de Bladengues de Sacramento, pertencente ao exército espanhol, deserda e vai lutar pela independência argentina. Sendo considerado decisivo na vitória da luta pela independência, é recompensado e assume uma patente de tenente-coronel, dinheiro e alguns homens, com isto proclama a independência de Mercedes e depois assume a luta contra os espanhóis na Província Oriental. (MAESTRI, 2011)

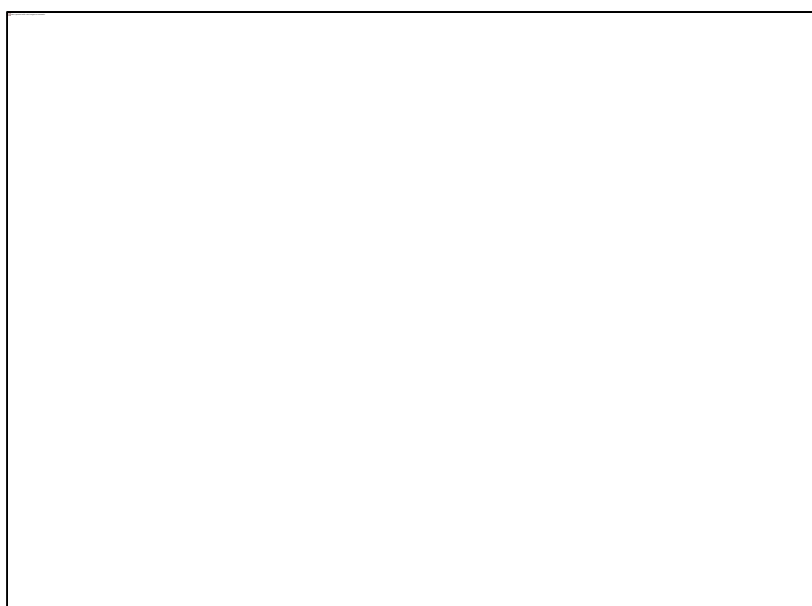


Figura 2: Liga Federal de los Pueblos Libres

Fonte: EL PAIS, 2012.

Buenos Aires diante do bloqueio do porto pelos navios espanhóis e do movimento das tropas portuguesas, que já haviam tomado Melo, a fortaleza de Santa Tereza, Rocha e Maldonado, faz um acordo, antes mesmo das tropas de D. Diogo entrarem em combate com as tropas de Artigas. No acordo entregam a Banda Oriental do Rio Uruguai em troca do desbloqueio do porto. (MAESTRI, 2011)

Artigas, sentindo-se traído, levantou acampamento e iniciou uma retirada com suas tropas em direção ao norte, a retirada foi acompanhada da população civil que abandonava Montevideú, e acabou engrossando as fileiras das tropas artiguistas, sobretudo a população pobre. Essa retirada ficou conhecida como “*El éxodo del Pueblo Oriental*”.

Em 1813, tem início novamente os combates entre espanhóis e os independentistas. Artigas retoma o cerco à Montevideú, porém, nesse mesmo ano, rompe com Buenos Aires em função da divergência com respeito ao posicionamento dos delegados Artiguistas na Constituinte de 1813, chamada por Buenos Aires. Os delegados Artiguistas defendiam o federalismo, com a independência da Banda Oriental e a formação de uma liga composta pelas províncias autônomas e federadas, o que era inaceitável para os portenhos, que vetaram a participação dos delegados artiguistas e declararam Artigas um traidor. (MAESTRI, 2011)

Para Abello (2005), Artigas estava fortalecido com o apoio indígena pela adesão que havia recebido a sua ideia de ligas autônomas federadas, visto que esta seria uma proposta que contemplaria toda uma sócio-diversidade representada pelas culturas Charrua e Guaraní que o acompanharam nas lutas, bem como pelos negros libertos ou fugidos.

Artigas adotou Andresito, um cacique e líder militar Guaraní dos indígenas que ainda restavam das missões, como filho; teve um filho com uma indígena de etnia Charrúa após ter vivido 15 anos entre eles, “*el Caciquillo Manuel*”; e sempre contou com a amizade e lealdade “*del Negro Ansina*”⁷, a quem comprou e libertou depois de sua captura pelos portugueses.

Para Abello (2005) a proposta federativa de Artigas não era tanto de províncias, mas de culturas em que defendia um programa que respeitava a diversidade cultural e a integração

⁷ Negro Ansina era o apelido de Joaquim Lezina (1760-1860). Nascido na Banda Oriental tentou fugir em 1775 e foi capturado por portugueses e novamente vendido como escravo em São Paulo. Foi considerado um negro perigoso, por ser insubmisso e ter participado de tentativas de fuga e sublevação, motivo pelo qual foi novamente vendido em Misiones, território de fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Ansina marchou com Artigas e o acompanhou até a sua morte no período de exílio no Paraguai. Ansina foi considerado um exemplo de valentia, um estrategista militar, poliglota que falava todas “as línguas dos humildes”, músico e poeta, um dos tantos heróis de origem africana invisibilizados pela história. (ABELLA, 2005; DÍAZ, 2012)

continental desde “*a soberania particular de los pueblos*”, por isso proclamava, “*Yo deseo que los indios en sus pueblos se gobiernen por si.*”.

Esta leitura de Abello (2005) escapa às leituras liberais ou mesmo marxistas a respeito de Artigas. Ambas viam em Artigas um libertador, um homem avançado para o seu tempo, como a expressão de um grito dos despossuídos no campo, um progressista. Porém, tais interpretações, deixam escapar essa visão da expressão multicultural de Artigas, sendo incapazes de conceber que Artigas tenha aprendido com esses povos, desde formas de organização e luta a outros princípios e práticas.

Em 1814, Artigas passou a lutar pela independência da Banda Oriental e pela organização federalista do antigo vice-reinado do Prata, após diversas vitórias, Montevideu é entregue a um comandante artiguista em 23 de maio de 1814. (MAESTRI, 2011)

Ao comando da Banda Oriental, Artigas passou a fortalecer a organização das províncias livres da Bacia do Prata. Assim, as províncias de Córdoba, Santa Fé, Corrientes, Entre Rios e Misiones fundaram “*La Liga Federal de los Pueblos Libres*” em 29 de junho de 1815. Artigas foi designado como “*Protector*” da liga federal e estabeleceu a sua capital em Purificación, localidade à aproximadamente a 100 km ao norte de Paysandú.

Em 15 de setembro de 1815, foi decretado por Artigas “*Reglamento Provisorio de Fomento de la Campaña y Seguridad de sus Hacendados*”, um conjunto de regras que tinha por objetivo o desenvolvimento da campanha.

As ideias federalistas e as propostas de independência, democracia liberal e república, bem como as medidas adotadas por Artigas na campanha gaúcha, entre as quais, a distribuição de terras, incomodavam aos portenhos e aos *tierratenientes* do sul e inspiravam aos despossuídos, que viam em Artigas a sua oportunidade de viver nesses pampas com dignidade e ter acesso à terra.

As terras eram distribuídas de acordo com o princípio de que “os mais infelizes seriam os mais privilegiados”. Os índios tinham, na concepção de Artigas, “o principal direito”. O sentido essencial dessa reforma agrária consistia em assentar sobre a terra os pobres do campo, convertendo em cidadão o gaúcho acostumado a vida errante da guerra, e às tarefas clandestinas e contrabando, em tempos de paz. Os governos posteriores da bacia do Prata liquidaram a sangue e fogo o Gaúcho incorporando-o à força ao trabalho de peão nas grandes fazendas, mas Artigas quis torná-lo proprietário: “os gaúchos insurretos começavam a gostar do trabalho honrado, levantavam ranchos e currais, plantavam suas primeiras sementeiras. (GALEANO, 1983:131)

Artigas associou a independência à distribuição de terras. O problema da terra era uma constante desde o governo espanhol. Por esse motivo foram apresentados diversos planos de

ação para solucionar os problemas existentes na campanha: as formas de aquisição de terras, os proprietários ausentes, a produtividade das terras, o avanço português na fronteira e o assentamento de populações. Entre os planos apresentados estava o de Felix Azara, Geógrafo e oficial espanhol que havia sido designado para realizar as demarcações de limites do Tratado de Santo Idelfonso.

Artigas trabalhou com Azara na fundação de um povoado chamado São Gabriel do Batovi, na fronteira com o Brasil. Azara tinha ideias para fomentar a produção e o trabalho na região, isto certamente pode ter influenciado na elaboração do Código Agrário.

Os princípios do Código Agrário de Artigas estavam baseados no princípio de terra enquanto bem comum, exigia que os beneficiados vivessem e produzissem nelas, não era permitido vender nem arrendar as terras, a intenção era povoar.

A distribuição de terras também atendia a um objetivo social, proclamando “*Que los más infelices sean los más privilegiados*”. Os beneficiários por ordem de prioridades eram: os índios, os negros, os mestiços, as viúvas pobres com filhos, somente depois os paisanos e demais seguidores de Artigas. As terras eram expropriadas dos estancieiros argentinos, espanhóis e mesmo orientais inimigos.

Adotando tais medidas, o caudilho torna-se influente na região platina, a ele acorrem os negros que ansiavam por liberdade, os que não tinham mais lugar onde viver livres nos pampas, os índios, os negros e os guachos⁸, enfim ao exército de Artigas acorriam os pobres do pampa, a gauchada, junto aos outrora donos da terra, agora filhos bastardos do pampa: os povos originários.

Às margens do Rio Uruguai, na campanha gaúcha, Artigas comanda as províncias de Entre Rios, Corrientes, Santa Fé, Misiones e toda a Banda Oriental. Buenos Aires decide excluir essas províncias de sua constituinte e retirar suas forças militares da Banda Oriental deixando Artigas e seus aliados isolados e a mercê do gigantesco e hostil vizinho, o Império Português.

Com isso, o caminho estava livre para que D. João pudesse realizar seu sonho de levar os limites do império que administrava até as margens do Rio da Prata. D. João mandou vir ao Prata um exército com 10.000 homens governados pelo General Carlos Frederico Lécór.

Em agosto de 1816, com dez mil homens, Lécór atacou a Banda Oriental por diversos pontos da fronteira. Em janeiro do ano seguinte, entrou em Montevideú,

⁸ Guachos é uma das possíveis origens da palavra “gaúcho”, era usada para denominar os mestiços filhos bastardos de portugueses ou espanhóis com as índias e que eram rechaçados pelos pais, passando a viver na pampa.

aplaudido pelos grandes comerciantes, enquanto Artigas e a gauchada resistiam na campanha. (ALBORNOZ, 2000:31).

Os grandes comerciantes e latifundiários do sul do Uruguai receberam o general Lecór nos braços, pois este representava a manutenção de suas posses e privilégios, uma alternativa contra as ideias e práticas de Artigas, que assombrava aos poderosos na Banda Oriental.

Artigas, perdendo a guerra e numa tentativa de gerar um fato novo, traslada a guerra para o território brasileiro, ataca as missões com o objetivo de retomá-las. Muitas das batalhas são travadas na Coxilha de Sant'Ana, Artigas, obtém um êxito inicial atacando as missões, mas depois de 4 anos resistindo na campanha é finalmente derrotado. Em 1820, foge para o Paraguai, com seus seguidores, o autor do código agrário de 1815 o qual preconizava “terra livre, homens livres!”.

Sobre essa intervenção estrangeira que a decretou o fim do sonho de Artigas, Galeano (1983) afirma:

A intervenção estrangeira acabou com tudo. A oligarquia levantou a cabeça e vingou-se. A legislação desconheceu, posteriormente, a validade das doações das terras realizadas por Artigas. Desde 1820 até fins do século foram desalojados, a sangue e fogo, os patriotas pobres que tinham sido beneficiados pela reforma agrária. Não conservariam “outra terra senão a de suas tumbas”. Derrotado, Artigas tinha marchado para o Paraguai, para morrer só ao fim de um longo exílio de austeridade e de silêncio. Os títulos de propriedade por ele expedidos não valiam nada [...] Enquanto isso, seu governo se apressava para celebrar, já restaurada a “ordem”, a primeira constituição de um Uruguai independente, desgarrado da Pátria Grande por cuja consolidação Artigas tinha, em vão, lutado. (GALEANO, 1983:131)

Abella (2005) acrescenta que o sonho de Artigas contemplava a diversidade de povos que habitavam o pampa, tendo ele até mesmo reservado em seu Código Agrário áreas que deveriam ficar intocadas para que os nativos pudessem reproduzir nessas áreas a sua forma de existência.

Considerações Finais

Notadamente, as experiências apresentadas no decorrer do trabalho demonstram a existência de um campesinato fronteiriço, composto por indígenas, negros, mestiços, e portugueses e espanhóis sem posses, mas dispostos a conquistar seu lugar e seu pedaço de chão, o que se configura como uma semente da luta pela terra nos pampas.

As experiências ocorridas na pampa gaúcha, não deixam dúvidas a respeito da existência de um agrupamento considerável de pessoas que viviam e ainda vivem a margem

do acesso à terra na fronteira Brasil-Uruguai no início do século XIX, os descendentes dos povos indígenas, dos camponeses pobres e povo preto que ali viveu não tiveram acesso a terra, mas tiveram sua e tem a sua trajetória vinculada a construção da fronteira pampeana. Apesar disso, esses sujeitos aqui considerados camponeses não fazem parte das narrativas sobre a formação do gaúcho dos pampas, a imagem dos pampas confunde-se com a dos latifúndios, dos caudilhos e criadores de gado, grandes exportadores de carne e couro.

Cabe ressaltar também, que a constituição do latifúndio nos pampas, não foi uma opção, mas uma imposição, com a traição e massacre dos povos indígenas, do povo negro, dos mestiços, dos gaúchos livres que já não podiam mais encontrar paradeiro que não estivesse cercado, dos portugueses e espanhóis empobrecidos que viviam da produção de alimentos e da pequena criação.

Compreende-se, portanto, que esse conjunto de expropriados da terra, e que se juntaram a Artigas na tentativa da construção da Liga Federal dos Povos Livres, que reivindicaram terras e iniciaram um processo de Reforma Agrária nos pampas, conformam um embrião de nosso campesinato pampeano, que de tempos em tempos se levanta novamente na luta contra o latifúndio reivindicando a Terra e o direito de existir, tanto no Uruguai, quanto no Brasil.

Atualmente observa-se no campo brasileiro um resgate dessa ideia de campesinato sociodiverso, do qual também fazem partes os povos e comunidades tradicionais, os quilombolas, indígenas e todos aqueles que vivem no/do campo e tem a Terra como um bem material e imaterial para a reprodução de sua existência e não apenas como uma mercadoria. O que é possível observar por meio do resgate dos saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais e da Agroecologia. Esse é o campesinato que hoje faz o enfrentamento necessário ao agronegócio no campo brasileiro, um campesinato diverso, que fez parte das experiências de luta e resistência na fronteira Brasil-Uruguai.

Referências Bibliográficas

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima. **Armour, uma aposta no pampa**. Sant´Ana do Livramento, Editora Palloti, 2000.

ABELLA, Gonzalo. **Artigas: El resplendor desconocido**. *Ensayo Historico*. Montevideo:Betun Sán, 2005.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 18ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1983.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

KROPOTKIN, Piotr. **Apoio Mútuo: um fator de evolução**. Porto Alegre, Ed. Deriva, 2012.

LUGON, Clovis. **A República “Comunista” Cristã dos Guaranis 1610/1768**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. 353 p.

MAESTRI, Mário. **Há 200 anos: José Artigas e a luta pela terra e liberdade**. Correio da Cidadania. 2011. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=6475:submanchete021111&catid=29:cultura&Itemid=61

MARCOS, Valéria de. **Marxismo, Anarquismo e a Construção da Práxis (camponesa) da produção coletiva**. In: *MARCOS, Valeria de & FABRINI, João Edmilson. Os camponeses e a práxis da produção coletiva*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: Um renovado desafio à reflexão teórica**. In: *PAULINO, Eliane Tomiasi & FABRINI, João Edimilson. Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo. Expressão Popular, 2008.

MOURE, Telmo Remião. **História do Rio Grande do Sul**. São Paulo: FTD, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http://www.ffeclh.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf.

RECLUS, Élisée. **O Homem e a Terra: A cultura e a propriedade**. Trad. Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Editora Imaginário, 2010.

VIA CAMPESINA. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Curitiba/Brasília, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/DIVERSOS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SECULO%20XXI.pdf>